



Mercado reduz para 4,05% expectativas da inflação para 2026

Teto do seguro-desemprego sobe para R\$ 2.518,65 após reajuste

Página 4

Lula determina apuração de falhas da Enel em São Paulo

Página 3

Morre o empresário Otto Baumgart, do grupo dono do shopping Center Norte, aos 45 anos

Morreu no domingo (11) o empresário Otto Baumgart, aos 45 anos. Ele fazia parte da terceira geração da família fundadora do Grupo Baumgart, dono da marca de impermeabilizantes Vedacit e dos empreendimentos shopping Center Norte e Expo Center Norte. Ele tratava um câncer diagnosticado em 2023.

De acordo com o site da companhia, Otto era conselheiro de administração e fazia parte dos comitês de pessoas e de finanças. Antes de se dedicar aos negócios da família, passou por empresas como Itau e Toshiba.

Ele era graduado em administração de empresas e tinha especialização em Harvard.

Otto contou ao YPOcast, do portal Exame, em abril de 2025, que o diagnóstico de câncer ocorreu em dezembro de 2023 com a descoberta de um tumor no intestino, com metástase no fígado, após um acidente de trânsito. "Ali começou uma grande jornada de ressignificação", lembrou na entrevista.

Ele contou que o diagnóstico o levou a refletir sobre o tempo dedicado para a família, a mudar hábitos e a buscar alternativas, como a meditação, para melhorar a qualidade de vida durante o tratamento da doença.

No Grupo Baumgart, trabalhou em áreas como gestão e finanças. Junto aos primos, foi responsável por construir um modelo de governança que organizou a participação da família nos negócios, conforme relato de Otto ao podcast. Ele também era atuante em projetos sociais, e foi apoiador e conselheiro do Gerando Falcões.

A Anamaco (Associação Nacional de Comerciantes de Material de Construção) lançou uma nota de pesar reconhecendo a contribuição estratégica de Otto e sua família para a economia nacional, especialmente através da Vedacit. "A sua liderança e legado deixam uma marca duradoura no setor de construção civil e no ambiente de negócios do Brasil."

A ONG Resgatando Vidas, apadrinhada por Otto, também lamentou a morte. "Ele acreditou, apoiou e caminhou conosco quando muitos ainda não viam. Otto deixa um legado que não se apaga, porque segue vivo em cada gesto de solidariedade, em cada sonho incentivado e em cada vida transformada", diz a publicação nas redes sociais.

Ele deixa esposa e três filhos. Conforme informações divulgadas pela família nas redes sociais, o velório está previsto para ocorrer nesta terça-feira (13), no Funeral Morumbi, em São Paulo. (Folhapress)

Agro paulista fecha 2025 com superávit de US\$ 23 bi



Página 2

O mercado financeiro reduziu para baixo as expectativas de inflação para o ano de 2026. De acordo com o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (12) pelo Banco Central (BC), o ano fechará com o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,05%.

Na semana passada, este índice, que serve de referência para a inflação oficial do país, estava em 4,06%. E há quatro semanas em 4,10%.

Para os anos subsequentes (2027 e 2028) as projeções são as mesmas há dez semanas, em 3,80%

e 3,50%, respectivamente.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para 2025 é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida em dezembro teve alta de 0,33%, ante ao 0,18% registrado no mês anterior. Com isso, o IPCA de 2025 ficou em 4,26%, dentro da meta do governo.

Página 3

INSS vai fechar agências por três dias, e sindicato fala em pressão para trabalho aos finais de semana

Página 4

Brasil faz doação de material militar para Uruguai e Paraguai

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,37	Compra: 5,39
Venda: 5,37	Venda: 5,57
EURO	
Compra: 6,26	
Venda: 6,26	

Esporte

Felipe Drugovich completou o E-Prix do México com evolução na Fórmula E

Categoria mundial dos carros elétricos, a Fórmula E esteve no México no último final de semana para a realização da 2ª etapa da temporada. E teve a participação do brasileiro Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo), piloto da equipe americana Andretti Fórmula E.

"Não foi o final de semana que esperávamos em termos de resultados", resume o piloto de Maringá (PR), campeão da Fórmula 2 em 2022. "Porém, pelas circunstâncias, foi bom, pois somei mais experiência com o carro e isso faz parte do aprendizado em minha primeira temporada completa na Fórmula E", completou.

A programação da 2ª etapa da Fórmula E foi realizada ao longo da sexta-feira (9) e do sábado (10), quando Felipe Drugovich participou dos dois treinos oficiais e da tomada de tempos. "Nos treinos trabalhamos buscando alternativas para tornar o carro mais rápido e deu certo", relembra. "A tomada de tempos foi boa e fiquei a apenas 2 décimos de segundos do 8º colocado, muito próximo de entrar na zona dos duelos que definiriam o pole position", continuou.

No sábado (10), focado em conquistar seus primeiros pontos na temporada, Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo) fazia uma prova positiva, com evolução.



Felipe Drugovich

Porém, um acidente à sua frente atrapalhou seus planos.

"O carro perdeu potência logo

após eu desviar dos carros acidentados", lembrou Felipe Drugovich, que neste momento se

aproximava do 'top 10'. "Perdi seis posições, caí para trás e minhas chances de completar a prova na zona de pontuação se acabaram ali", lamentou o piloto, que recebeu a bandeira amarela em 15º.

O foco de Felipe Drugovich agora passa a ser a 3ª etapa da temporada, marcada para o final do mês, nos dias 30 e 31 de janeiro, em Miami, nos Estados Unidos. "Aprendi mais um pouco, me adaptei ainda mais ao carro, que é bem diferente de tudo que já pilotei, e agora o foco muda para Miami. Vamos em busca dos primeiros pontos na temporada", finalizou.

Atleta da Galera: voto no instagram define o campeão e a campeã de 2025

atletismo.brasil
Bare Up - Can't Stop

ATLETA DA GALERA FEMININO

Beatriz Camargo, Ana Corassini, Hakelly Maximiano

Foto: Divulgação

O público e a comunidade atlética vão definir pelo Instagram @atletismobrasil, entre os três mais votados e as três mais votadas, quem é o Atleta da Galera 2025, Feminino e Masculino. Encerrada a primeira fase de votação no site da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) as três candidatas no feminino são: Beatriz Camargo Monteiro, Ana Beatriz Corassini e Hakelly de Souza Maximiano da Silva. No masculino, os três mais votados são: Wilton Santos Jun-

Atletas do feminino que concorrem ao Atleta da Galera 2025

or, Carlos Eduardo Lara Domingos e Guilherme da Silva Izidoro.

O objetivo da premiação é escolher, por votação aberta, os atletas com mais carisma e empatia com o público, os fãs e a comunidade do atletismo.

A cerimônia do Prêmio Melhores do Atletismo Loterias Caixa 2025 será realizada no dia 22 de janeiro, na Arena Mercado Livre Pacaembu, em São Paulo, para convidados. A festa de gala será transmitida ao vivo pela TV Atletismo Brasil, canal do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt).

Em sua quinta edição o

prêmio tem o objetivo de reconhecer os melhores desempenhos de atletas, treinadores e clubes, em votação auditada e feita por integrantes da comunidade, público e mídia, em dez categorias: Melhor Atleta Feminino e Masculino, Troféu Fictor - Jovem Atleta Destaque Feminino e Masculino, Atleta da Galera Feminino e Masculino (votação popular), Clube de Alto Rendimento, Clube Formador, Treinador Destaque, Imagem do Ano.

As Loterias Caixa e a Caixa são as patrocinadoras máster do atletismo brasileiro.

Agro paulista fecha 2025 com superávit de US\$ 23 bilhões

O agronegócio paulista manteve desempenho robusto no comércio exterior em 2025 e registrou superávit de US\$ 23,09 bilhões, mesmo diante do impacto do tarifaço norte-americano no segundo semestre do ano. As exportações do setor somaram US\$ 28,82 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 5,73 bilhões. Os dados são de levantamento da Diretoria de Pesquisa do Agronegócio (APTA), vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de SP.

De janeiro a dezembro de 2025, o agronegócio respondeu por 40,5% do total exportado pelo Estado de São Paulo, reforçando sua relevância para a economia paulista. Já as importações do

setor representaram apenas 6,6% do total estadual.

Segundo o diretor da APTA, Carlos Nabil Ghobril, os números refletem a força do agro paulista. "As exportações de 2025 registraram o segundo maior resultado de toda a série histórica. São números bastante expressivos, que geram desenvolvimento, empregos e fortalecem a economia do estado", afirma.

Principais produtos exportados

O complexo sucroalcooleiro liderou a pauta exportadora do agro paulista em 2025, com 31% de participação e US\$ 8,95 bilhões em vendas. Desse total, 93% correspondem ao açúcar e 7% ao etanol.

Na sequência, o setor de carnes respondeu por 15,4% das exportações, com US\$ 4,43 bilhões, tendo a carne bovina como principal item (85%). Os sucos representaram 10,4%, com US\$ 2,98 bilhões, praticamente concentrados no suco de laranja (97,9%).

Os produtos florestais somaram US\$ 2,97 bilhões (10,3%), com destaque para celulose (55,8%) e papel (35,5%). Já o complexo soja respondeu por 8% das exportações, com US\$ 2,32 bilhões, puxado pela soja em grão (77,9%) e pelo farelo de soja (16,7%).

Esses cinco grupos concentraram, juntos, 75,1% das exportações do agronegócio paulista.

O café aparece em seguida, com 6,3% de participação e US\$ 1,82 bilhão, sendo majoritariamente café verde (77%) e café solível (19,3%).

Na comparação com 2024, houve crescimento nas exportações de café (+42,1%), carnes (+24,2%) e complexo soja (+2%). Já os grupos sucroalcooleiros (-28,4%), produtos florestais (-5,2%) e sucos (-0,7%) registraram retração, reflexo das oscilações de preços e volumes exportados.

Principais destinos

A China foi o principal destino das exportações do agro paulista em 2025, com 23,9% de participação, seguida pela União Europeia (14,4%) e pelos

Estados Unidos (12,1%), este último com crescimento de 0,6% em relação a 2024.

O impacto do tarifaço norte-americano, iniciado em agosto, provocou queda nas exportações para os EUA ao longo do segundo semestre: 14,6% em agosto, 32,7% em setembro, 32,8% em outubro e 54,9% em novembro. Parte dessa redução foi compensada pela ampliação das vendas para mercados como China, México, Canadá, Argentina e União Europeia.

A retirada das tarifas sobre determinados produtos brasileiros foi anunciada em 20 de novembro, com a isenção de itens como café, frutas tropicais, sucos, cacau, banana, laranja, to-

mate e carne bovina.

Para o pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), José Alberto Ângelo, a expectativa é positiva: "Nos últimos três anos, as exportações para os Estados Unidos apresentaram crescimento consistente, o que reforça a perspectiva de retomada do fluxo comercial", avalia.

Destaque nacional

No cenário nacional, o agronegócio paulista respondeu por 17% das exportações do setor no Brasil em 2025, ocupando a segunda posição no ranking nacional, atrás apenas de Mato Grosso (17,3%). (Governo de SP)

CDHU Móvel amplia acesso a serviços habitacionais e registra quase 19 mil atendimentos em balanço de ações

A CDHU Móvel consolidou-se como uma importante ferramenta de aproximação entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a população. Desde maio, quando foi criado, o serviço itinerante percorreu dez regiões administrativas em todo o Estado de São Paulo, passando por 57 municípios e totalizando 18.940 atendimentos presenciais.

Do total, 10.249 atendimentos foram realizados para mutuários já vinculados à Companhia. Os demais referem-se a moradores das cidades atendidas que buscaram a carteira e/ou a van para obter informações sobre inscrições para aquisição de moradias. A iniciativa passou pela Região Metropolitana de São Paulo e pelas Regiões Administrativas de Araraquã, Bauri, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba.

Criado para levar serviços a municípios que não contam com

escritório regional da CDHU, o programa evita o deslocamento dos mutuários para outras cidades e garante atendimento direto, humanizado e resolutivo. Ao longo das ações, equipes técnicas estiveram disponíveis para esclarecer dúvidas, regularizar pendências e oferecer suporte completo às mais diversas demandas habitacionais.

Entre os serviços mais procurados, destacam-se, por ordem de atendimento, a regularização financeira, seguida por inscrições, dúvidas e informações gerais; regularização contratual; atualização e emissão de documentos; contratos de quitação e quitação de financiamento. Também houve expressiva demanda por atendimentos relacionados a seguro e sinistro, obras, auxílio-moradia, condomínio e habitação de forma geral.

Com atendimento presencial e descentralizado, a CDHU Mó-



Entre os serviços mais procurados, destacam-se a regularização financeira, seguida por inscrições, dúvidas e informações gerais.

vel reforça o compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a ampliação do acesso aos serviços públicos, a promoção da segurança jurídica e a garantia dos direitos dos mutuários, de forma ágil e próxima de onde vivem.

Uma iniciativa segue como uma estratégia fundamental para des-

centralizar o atendimento habita-

cional, fortalecer a política públi-

ca de moradia e aproximar o Esta-

do das necessidades reais da

população. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

No que depender do ex-vereador e dirigente Milton Leite, o União seguirá apoiando a reeleição do governador Tarcísio Freitas (Republicanos). Já o PP (ex-Arena) segue se queixando e não apoiando

PREFEITURA (São Paulo)

Desde a volta das eleições diretas (1985) com vitória do Jânio Quadros, nenhum prefeito(a) foi eleito além de governador e senador(a). Já Fernando Henrique (PSDB), perdedor em 1985, foi presidente 2 vezes

ASSEMBLEIA (São Paulo)

No que depender de deputados(as) e direções estadual / nacional do PP, o partido (ex-Arena) segue se queixando da relação com o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) e não apoiando a reeleição

GOVERNO (São Paulo)

Voltando de "férias" no exterior, o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) segue tranquilo quanto a ter o apoio de quase todos(as) deputados - dos partidos governistas - apoiando sua chapa em 2026

CONGRESSO (Brasil)

Embora "eleito" 2022 - pelo TRE SP - deputado federal, Pablo Marçal foi indeferido pelo TSE. Agora, o candidato (2024) à prefeitura paulistana pode apoiar a candidatura do senador Flavio Bolsonaro (PL Rio) à presidência

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Se já é difícil apoiar o governo ditatorial do Maduro [preso nos EUA] na Venezuela é ainda mais difícil Lula (dono do PT) apoiar a ditadura teocrática [dita islâmica] na Pérsia, cujo Irã passou a integrar os BRICS em 2024

PARTIDOS (Brasil)

Refundador (2011) e dono do PSD, o ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab tem em 2026 um quadro ainda mais difícil do que em 2014. Ele perdeu tudo ao não ser candidato a vice-governador do Geraldo Alckmin [PSDB]

HISTÓRIAS

Uma coisa é o Brasil ter ganho o Globo de Ouro [premição de filme em língua estrangeira] com "Agente Secreto", tratando do cotidiano [em governo militar nos anos 1970]. Outra coisa é a compreensão do passado

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

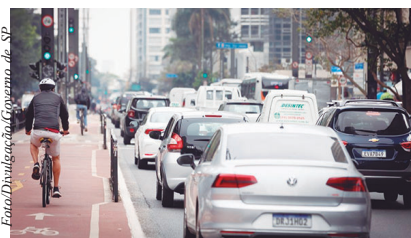
A PALAVRA - "Ó Senhor, tu és o meu Deus; exaltar-te-ei e louvarei o teu nome, porque fizeste maravilhas; os teus conselhos antigos são verdade e firmeza" Isaías 25:1

IPVA 2026: pagamento pode ser feito por cartão de crédito em SP

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) tem investido na ampliação de formas de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) nos últimos anos e já utiliza, além dos métodos tradicionais, o uso da plataforma Pix e também a opção pelo pagamento com cartão de crédito.

Nesta segunda-feira (12), quando começou o calendário oficial do IPVA 2026, quem quiser usar o cartão de crédito pode optar por quitar à vista, com desconto de 3%, ou parcelado em até 5 vezes, nos bancos e casas lotéricas.

Há também a opção de dividir o imposto em mais parcelas utilizando as instituições financeiras cadastradas pela Sefaz-SP. No site da Secretaria há uma lista atualizada das empresas. Essas instituições oferecem condições de parcelamento diferenciadas, mas cobram juros. É necessário que o contribuinte entre em contato diretamente com a instituição e verifique as melhores taxas



Aliquota para os carros de passeio continua a mesma do ano passado, 4%

e prazos de pagamento. Ao Estado de São Paulo é repassado apenas o valor exato do débito do IPVA.

Como pagar

Para efetuar o pagamento do IPVA 2026, basta o contribuinte acessar a rede bancária credenciada com o número do Renavam (Registro Nacional de Veículo Automotor).

No Estado de São Paulo, o Pix é a forma preferencial de paga-

mento, sendo mais rápido, fácil e confirmado imediatamente. Ao obter o QR code, gerado exclusivamente no site da Sefaz-SP, o recolhimento pode ser feito junto a mais de 900 instituições financeiras, contemplando especialmente os cidadãos com contas digitais e que não possuem conta nos grandes bancos.

As tradicionais formas de pagamento estão mantidas. É possível efetuar o recolhimento

pela internet, nos terminais de autoatendimento ou outros canais oferecidos pela instituição bancária. Também é possível realizar o pagamento em casas lotéricas.

Atraso no pagamento

O contribuinte que deixar de recolher o imposto fica sujeito a multa de 0,33% por dia de atraso e juros de mora com base na taxa Selic. Passados 60 dias, o percentual da multa fixa-se em 20% do valor do imposto.

Permanecendo a inadimplência do IPVA, o débito será inscrito na Dívida Ativa, além da inclusão do nome do proprietário no Cadin Estadual, impedindo-o de aproveitar eventual crédito que possua por solicitar a Nota Fiscal Paulista. A partir do momento em que o débito de IPVA estiver inscrito, a Procuradoria Geral do Estado poderá vir a cobrá-lo mediante protesto.

Todas as informações sobre IPVA podem ser consultadas na página do IPVA no portal da Sefaz-SP. (Governo de SP)

Prefeitura sanciona lei que amplia e garante transporte de cães de assistência em táxis, aplicativos e veículos de turismo

A Prefeitura de São Paulo sancionou a lei nº 18.387/2026, que obriga táxis, veículos por aplicativo, vans e ônibus de turismo a garantirem o transporte de cães de assistência que acompanham pessoas com deficiência, sem restrições ou cobranças adicionais. A nova legislação ainda amplia e fortalece esse direito em locais de uso público ou privado na capital, incluindo estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e de lazer.

O descumprimento da lei pode resultar em multas que variam de R\$ 1 mil a R\$ 30 mil, podendo chegar a R\$ 50 mil em ca-

sos de reincidência. Nos casos de infração cometida nos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros, a responsabilidade pelo pagamento da multa recairá sobre a Operadora de Tecnologia de Transporte Credenciada (OTTC), garantido o direito de regresso contra o motorista parceiro.

A norma atualiza a lei municipal nº 16.518/2016 e representa um avanço importante na promoção da acessibilidade, inclusão social e no combate à discriminação contra pessoas com deficiência. O projeto aprovado pela Câmara Municipal foi promulga-

do pelo prefeito Ricardo Nunes na última sexta-feira (9).

Entre as principais mudanças, a legislação passa a reconhecer oficialmente diferentes categorias de cães de assistência, como cão-guia, cão-ovinte, cão de assistência ao autista, cão de assistência emocional e cão de serviço.

A lei ainda garante o acesso aos meios de transporte, incluindo táxis, veículos por aplicativo, vans e ônibus de turismo, e estende esse direito aos cães em fase de treinamento e socialização, desde que acompanhados por treinadores, instrutores ou famílias socializadoras devida-

mente identificados.

A legislação propõe a exigência do uso de flocina para cães de assistência e veda qualquer cobrança adicional vinculada à presença do animal. Também estabelece critérios para a identificação do cão e de seu usuário, por meio de carteira de identificação específica e comprovante de vacinação atualizado.

A lei prevê exceções para áreas críticas de serviços de saúde, como centros cirúrgicos e unidades de terapia intensiva, e para locais de manipulação de alimentos, respeitando critérios sanitários e de segurança. (Prefeitura de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado reduz para 4,05% expectativas da inflação para 2026

O mercado financeiro reviu para baixo as expectativas de inflação para o ano de 2026. De acordo com o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (12) pelo Banco Central (BC), o ano fecha com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,05%.

Na semana passada, este índice, que serve de referência para a inflação oficial do país, estava em 4,06%. E há quatro semanas em 4,10%.

Para os anos subsequentes (2027 e 2028) as projeções são as mesmas há dez semanas, em 3,80% e 3,50%, respectivamente.

Meta de inflação

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para 2025 é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida em dezembro teve alta de 0,33%, ante

ao 0,18% registrado no mês anterior. Com isso, o IPCA de 2025 ficou em 4,26%, dentro da meta do governo.

Segundo o IBGE, com exceção do grupo habitação, que registrou queda de 0,33%, os demais grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em dezembro.

A maior variação (0,74%) e o maior impacto (0,15 p.p.) vieram dos transportes, seguido, em termos de impacto, por saúde e cuidados pessoais, com alta de 0,52% e 0,07 p.p.

PIB

Os demais índices do Boletim Focus divulgado hoje se mantiveram estáveis em relação às semanas anteriores.

No caso do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil, o mercado projeta que a economia do país crescerá 1,80% em 2026 – percentual que vem sendo projetado há cinco semanas consecutivas, e o mesmo

projetado para 2027.

Para 2028, as expectativas são de que o PIB feche o ano com um crescimento de 2%.

Câmbio

Com relação ao câmbio, as projeções do mercado permanecem estáveis há 13 semanas consecutivas, com uma expectativa de que o dólar feche 2026 cotado a R\$ 5,50 – o mesmo valor projetado para 2027.

Para 2028, as expectativas são de que a moeda estadunidense termine o ano cotada a R\$ 5,52.

Selic

A taxa básica de juros (Selic) deverá ser reduzida dos atuais 15% para 12,25% até o final de 2026, segundo o mercado financeiro; e para 10,50% em 2027.

Para o ano subsequente (2028), as expectativas são de que ela caia ainda mais, para 9,88%.

A Selic, atualmente, está em seu maior nível desde julho de 2006, quando registrou 15,25% ao ano. Após chegar a 10,5% ao

ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024.

A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho, sendo mantida nesse nível desde então.

Variações da Selic

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



CONTENTURA

Realmente é para estar feliz com os preços dos ovos, que no começo deste ano registrou o menor preço, segundo informou a CEAGESP. Na segunda-feira, dia 05, o preço médio foi de R\$ 4,89 a dúzia, o que representa, redução no preço médio anual de 17,8%, na mesma época do ano passado, quando o preço foi de R\$ 5,95 a dúzia. Comparando com o mês, a redução foi de 11,4%. Como é bom um ovo, seja cozido ou frito, se não houver restrições, o ovo é alimento para a saúde em geral, e muito fácil de preparar, e dizem que é conhecido fazer mais de 4 mil anos no sudeste asiático.

TAXA DE DESEMPREGO

Entre vários setores pesquisados a agropecuária em geral, também criação de peixes, registraram um bom crescimento médio mensal entre os agrupamentos de várias atividades, que representou uma alta de 7,3% comparando com o ano de 2024. A informação é da PNAD Contínua, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Foi confirmado a aprovação pela maioria dos países da União Europeia, o acordo de livre comércio, tão esperado por ambas as partes. A presidente da Comissão Europeia poderá viajar para o Paraguai, no próximo fim de semana, para ratificar o acordo com os países-membros do Mercosul. O Paraguai assumiu em dezembro de 2025 a presidência rotativa pro-tempore do bloco. Pelas regras do bloco, para ser aprovada, a proposta tinha que obter o aval de ao menos 15 dos 27 Estados-membros que, juntos, representam 65% da população total do bloco. É um mercado de quase US\$ 22 trilhões, com o potencial de incrementar as exportações brasileiras para a União Europeia em cerca de US\$ 7 bilhões. É bom para ambos os blocos. O futuro é isso; acordos entre blocos, e não mais individual.

CHUVAS INMET EM DEZEMBRO

Na Região Sudeste, predominaram volumes superiores a 150 mm em grande parte da região, com anomalias positivas acima de 50 mm, especialmente no centro-oeste de São Paulo, no noroeste e em parte do Triângulo Mineiro. A distribuição das chuvas foi influenciada pela atuação de frentes frias, que avançaram pelo litoral, favorecendo a formação de áreas de instabilidade, além da presença de sistemas de baixa pressão.

MILHO

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) continua realizando leilões, onde arrematou 95 mil toneladas de milho para garantir o abastecimento do Programa de Vendas em Balcão (ProVB) ao longo do ano de 2026. Isso representa aproximadamente R\$ 140,7 milhões, dos estoques públicos do grão.

SUSTENTABILIDADE

O Departamento de Sustentabilidade da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faespp), trabalhou durante todo o ano em palestras e fóruns sobre regularização ambiental, prevenção e combate ao fogo no meio rural e segurança no campo. É muito importante esse trabalho porque os riscos de incêndio sempre existem e é preciso ficar alerta, isso interessa aos produtores rurais e a toda a sociedade.

PRODUÇÃO DE ALFACE

O Estado de São Paulo é o maior produtor e consumidor nacional de alface e, segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), no ano passado foram cultivadas mais de 220 mil toneladas da hortaliça, o que representa um montante estimado de R\$ 947 milhões. O verde faz bem para a alimentação em geral, é de fácil digestão; a mastigação também. Muito boa as folhas verdes. Alface, almeirão, chicória.

O QUE COMER

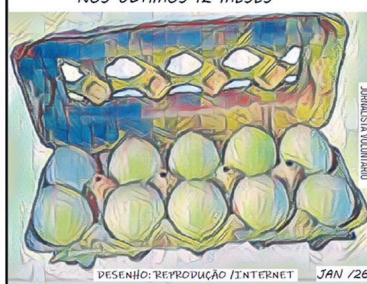
Também as frutas. A maçã faz bem ao pâncreas e controla a insulina. Oferece diversos benefícios à saúde por ser rica em fibras (pectina), vitaminas (C, E, B6) e antioxidantes (flavonoides, polifenóis), ajudando a controlar o colesterol, regular o intestino, prevenir diabetes tipo 2 e doenças cardíacas, melhorar a função cerebral, auxiliar no emagrecimento por dar saciedade e fortalecer o sistema imunológico, além de ter ação anti-inflamatória e protetora contra certos tipos de câncer. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON

PICAZO

EM SÃO PAULO, SE REGISTRA O MENOR PREÇO DOS OVOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES



DESENHO: REPRODUÇÃO / INTERNET JAN / 26
FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Lula determina apuração de falhas da Enel em São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a autoridades do Executivo e do setor elétrico que adotem "medidas cabíveis e necessárias à plena garantia da prestação adequada, contínua e eficiente do serviço público de distribuição de energia elétrica" à população da região metropolitana de São Paulo.

A determinação consta de despacho publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (12).

O serviço de distribuição de energia na capital paulista é prestado pela Enel SP.

Dirigido ao Ministério de Minas e Energia, Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Agência



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Nacional de Energia Elétrica (Anel), o despacho, publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (12), tem por base as falhas na prestação do serviço ocor-

ridas na grande São Paulo.

Lula determina, à AGU, que elabore "relatório circunstanciado sobre as providências adotadas pela concessionária de dis-

tribuição de energia elétrica, a partir da primeira interrupção relevante", e que, para tanto, utilize "todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias, inclusive com requisição de informações junto à ANEEL".

A CGU, determina que identifique "eventual responsabilidade dos entes federativos envolvidos". Pode também que verifique com a Anel as razões da "ausência de atuação tempestiva dos órgãos competentes, tendo em vista os reiterados pedidos do Ministério de Minas e Energia para instauração de processo administrativo para apuração das falhas recorrentes na prestação do serviço". (Agência Brasil)

Apex estima que acordo Mercosul-UE pode elevar exportações do Brasil

Aprovado na sexta-feira (9), o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia pode gerar um aumento de cerca de US\$ 7 bilhões nas exportações brasileiras, segundo estimativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). O pacto, negociado por mais de 25 anos, é considerado o maior acordo econômico já firmado pelos dois blocos.

De acordo com a Apex, a indústria brasileira deve sentir efeitos imediatos da redução tarifária prevista no acordo. Entre os principais setores beneficiados estão os de máquinas e equipamentos de transporte, motores e

geradores de energia elétrica, autopeças, como motores de pistão, e aeronaves, beneficiados com redução imediata de tarifa. Também são apontadas oportunidades para produtos como couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e itens da indústria química.

A Apex também avalia que o acordo pode ampliar a diversificação da pauta exportadora brasileira. Atualmente, mais de um terço das vendas do Brasil para a União Europeia é composto por produtos da indústria de transformação, o que tende a ganhar ainda mais espaço com a redução das barreiras comerciais.

Para as commodities, avalia a

ApexBrasil, o impacto será gradual. O acordo prevê a redução progressiva das tarifas de produtos como carne de aves, carne bovina e etanol, que devem ser zeradas em um prazo de até 10 anos, respeitando cotas e mecanismos de salvaguarda. Essas cláusulas permitem o monitoramento das importações e buscam proteger, principalmente, produtores rurais europeus.

Multilateralismo

Em nota, o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, afirmou que o acordo representa uma vitória do multilateralismo em um cenário global marcado por disputas comerciais e enfraquecimento de

instituições internacionais.

"Esse acordo segue no sentido contrário ao que o mundo está andando. A própria Organização Mundial do Comércio perdeu importância, e estamos falando aqui do maior acordo econômico do mundo", ressaltou.

Segundo Viana, o mercado formado por Mercosul e União Europeia reúne mais de 700 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de US\$ 22 trilhões. "Se perde para o dos Estados Unidos, em torno de US\$ 29 trilhões, e supera o da China, que gira em torno de US\$ 19 trilhões", destacou. (Agência Brasil)

Ouro e prata batem recordes, e dólar cai após investigação contra presidente do Fed

O ouro e a prata dispararam na segunda-feira (12) e atingiram um novo recorde, enquanto o dólar e os futuros de Wall Street caíram após promotores dos EUA iniciarem uma investigação criminal contra o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, aumentando preocupações sobre a independência do banco central do país.

O ouro chegou a subir 2% para US\$ 4.600 (R\$ 24,66 mil) por onça troy e a prata saltou até 5,9%, alcançando US\$ 84,60 (R\$ 453,47).

Ao mesmo tempo, o dólar desvalorizou até 0,5% na comparação com uma cesta de seis das principais moedas do mundo. As 9h30, o índice caía 0,31%, e a moeda norte-americana sofria desvalorização frente ao euro (0,4%) e ao franco suíço (0,42%).

Os futuros que acompanham as ações dos EUA também caíram, com os do S&P 500 recuando 0,7% e os do Nasdaq 100 perdendo 0,9%. As ações europeias caíram ligeiramente, com

o índice continental Stoxx 600 perdendo 0,1%.

Já o rendimento do título do Tesouro de 10 anos dos EUA, que se move inversamente ao preço, subiu 0,03 ponto percentual para 4,2%.

"Já passamos por isso antes - pressão política sobre o Fed significa um dólar americano mais baixo, rendimentos mais altos dos títulos do Tesouro americano de longo prazo e expectativas de inflação mais altas", comentou Mike Riddell, gestor de fundos da Fidelity International.

No domingo, Powell afirmou que o Fed recebeu intimidades de um grande júri e uma ameaça de acusação criminal do departamento de justiça relacionadas ao seu testemunho perante o Congresso sobre a reforma de US\$ 2,5 bilhões da sede do banco central.

"O Fed como o entendemos como instituição nas últimas décadas está desaparecendo de vista. Está operando em um ambiente diferente", afirmou o

chard Yetsenga, economista-chefe e chefe de pesquisa do ANZ.

Analistas do ING disseram que, embora os riscos para o dólar fossem "significativos", os mercados agora estavam em "modo de espera" enquanto tentavam avaliar o impacto. "Os mercados ainda não estão prontos para precificar uma perda de independência do Fed", disse Francesco Pesole, estrategista de câmbio do ING.

O recorde histórico do ouro ocorre enquanto tensões geopolíticas crescentes alimentam a demanda. O metal foi envolvido no que foi chamado de "comércio de desvalorização", à medida que investidores se preocupam que a pressão política sobre o Fed para manter as taxas de juros artificialmente baixas eventualmente desvalorizará os ativos em dólar.

"O ouro é o principal ativo de risco geopolítico, mais do que qualquer outro ativo", declarou John Woods, diretor de investimentos para a Ásia na

Lombard Odier. "Há simplesmente muito risco geopolítico no mercado agora."

Pouco mais de uma semana após as forças dos EUA capturarem o ditador venezuelano Nicolás Maduro, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que estava considerando operações militares no Irã devido à repressão do regime aos protestos nacionais.

A investigação do departamento de justiça sobre Powell segue uma campanha da administração Trump para forçar o Fed a cortar as taxas de juros de forma mais agressiva, apesar das preocupações persistentes sobre reacender a inflação.

Woods, da Lombard Odier, previu volatilidade contínua no ouro, mas não em títulos, ações ou petróleo.

"Parece-me que esses ativos de risco tradicionais ignoram esse tipo de risco geopolítico e o ouro não. O ouro é único nesse aspecto", apontou Woods. (Folhapress)

Novo programa permite atualizar valor de imóvel com imposto menor

A Receita Federal abriu no dia 2 de janeiro a adesão ao novo programa de regularização e atualização do valor de bens móveis e imóveis.

Pessoas físicas e jurídicas terão até 19 de fevereiro para avaliar se vale a pena aderir à iniciativa. Segundo especialistas, a resposta depende da situação específica do patrimônio de cada contribuinte.

O Reap Atualização (Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial na modalidade Atualização) foi uma iniciativa do Congresso Nacional e abrange bens móveis (como veículos, aeronaves e embarcações) e imóveis, localizados no Brasil ou no exterior, adquiridos até 2024.

Para aproveitar o benefício, é necessário manter a posse dos bens por cinco anos, no caso de imóvel no Brasil ou no exterior, ou dois anos, para veículos automotores terrestres, aquáticos ou aéreos. Quem vender antes do prazo terá de recolher o valor total do imposto, mas com dedução do que já tiver sido pago an-

tecipadamente.

A pessoa física que quiser atualizar o valor do seu bem será tributada pelo Imposto de Renda com alíquota de 4%. Para empresas, a diferença entre o valor de mercado e o valor pago será tributada em 8% —sendo 4,8% de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e 3,2% de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O pagamento dos tributos pode ser feito em até 36 vezes, com parcelas corrigidas pela taxa básica de juros (Selic), que começou em 2026 em 15% ao ano, mas deve cair nos próximos meses.

Atualmente, o imposto sobre ganho de capital na venda de um bem pode chegar a 22,5% para pessoas físicas. No caso de empresas, são aplicadas as alíquotas normais dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

Ana Lucia Murra, sócia do Samaha Advogados, afirma que, antes de aderir ao programa, o contribuinte pessoa física deve verificar qual a alíquota efetiva atual do seu imóvel, utilizando a

ferramenta de cálculo de ganho de capital da Receita.

Já existem na legislação fatores de redução do imposto em razão do tempo de existência e posse desses bens. Em alguns casos, a alíquota já pode estar abaixo de 4% ou alcançar cinco anos. A maioria dos imóveis adquiridos antes do ano 2000 já está nessa situação.

A legislação atual também prevê hipóteses de não incidência do imposto. Por exemplo, na venda do único bem imóvel por valor de até R\$ 440 mil ou quando a pessoa física aplica o dinheiro de venda em outro imóvel residencial em até 180 dias (nesse caso não há limite de valor).

“É importante olhar a situação específica para ver se não existe outro benefício que valha mais a pena”, diz a sócia do Samaha Advogados.

O programa tende a ser vantajoso para quem possui imóveis antigos com grande valorização, não se enquadra em hipóteses de isenção na venda e pretende aliar o bem em prazo superior a

cinco anos, afirma Marco Antonio Ruzene, especialista na área tributária e sócio do Ruzene Sociedade de Advogados.

“Mesmo considerando a redução do imposto pelo tempo de posse, a antecipação a uma alíquota menor pode gerar economia relevante, além de previsibilidade tributária. Por outro lado, quem não pretende vender o imóvel ou estaria totalmente isento na alienação deve avaliar com cautela o pagamento do imposto.”

Outro fator a considerar é que o contribuinte precisará antecipar o pagamento do imposto para aproveitar a alíquota menor. Em um cenário de juros elevados, pode ser mais vantajoso aplicar o dinheiro que seria antecipado ao governo na renda fixa e pagar o imposto somente no momento da venda.

COMO ADEIRIR

A adesão ao programa é feita no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal), por meio da Deap (Declaração de Opção pelo Regime Especial de

Atualização Patrimonial).

A primeira parcela ou quota única deve ser paga até 27 de fevereiro. As demais devem ser recolhidas até o último dia útil de cada mês. A parcela não pode ser menor que R\$ 1.000. O imposto inferior a R\$ 2.000 deve ser pago de uma só vez.

Aqueles que aderiram ao programa de atualização de imóvel encerrado em 16 de dezembro de 2024 podem migrar para o novo regime. Com isso, o prazo mínimo para a venda do imóvel caiu de 15 para 5 anos.

Também termina em 19 de fevereiro o prazo para adesão ao Reap Regularização, que permite a legalização de bens ou direitos que não tenham sido declarados ou tenham sido informados com omissão ou incorreção à Receita.

Nesse caso, é necessário pagar 15% de imposto e outros 15% de multa sobre o valor total dos recursos, bens ou direitos até 27 de fevereiro. A adesão pode ser feita pelo e-CAC a partir de 19 de janeiro. A regularização se aplica a bens e direitos de origem lícita.

COMO FUNCIONA O PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO

Adesão: 2 de janeiro a 19 de fevereiro

Alíquotas: Pessoa física: 4%; Pessoa jurídica: 4,8% de IRPJ e 3,2% de CSLL

Prazo: até 36 vezes, com parcelas corrigidas pela taxa Selic

Parcela mínima: R\$ 1.000. Imposto inferior a R\$ 2.000 deve ser pago de uma só vez.

Nome da declaração: Deap

(Declaração de Opção pelo Regime Especial de Atualização Patrimonial), disponível no portal e-CAC

O que pode ser atualizado:

1) Veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos sujeitos a registro público 2) Imóveis localizados no Brasil ou no exterior. Os bens devem ter sido adquiridos com recursos de origem lícita até 31 de dezembro de 2024

Carencia: para manter o benefício o bem não pode ser vendido antes de cinco anos, no caso de imóvel, ou dois anos, no caso de bem móvel. (Folhapress)

Resultado do Enem será divulgado no dia 16 de janeiro



Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) serão divulgados no dia 16 de janeiro, conforme anunciou o ministro da Educação, Camilo Santana, na sexta-feira (9).

As notas individuais podem ser consultadas na Página do Participante. Os candidatos poderão conferir a nota da redação e a pontuação em cada área de conhecimento avaliada (línguas, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; matemática e ciências da natureza).

O boletim individual dos participantes será publicado posteriormente, informou o Ministério da Educação.

Os estudantes podem usar as notas para ingressar no ensino superior por meio de uma vaga pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), inscrições poderão ser feitas entre os dias 19 e 23 de janeiro; uma bolsa de estudo pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), com inscrições de 26 a 29 de janeiro; ou acessar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). (Agência Brasil)

BC concorda com inspeção sobre Banco Master, diz presidente do TCU

O Banco Central (BC) concordou com a realização de uma inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo de liquidação extrajudicial do Banco Master, disse na segunda-feira (12) o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo. O ministro esteve reunido nesta tarde com o presidente do BC, Gabriel Galipoli, e disse que a autoridade monetária garantiu acesso aos documentos que fundamentaram a decisão.

Segundo Vital do Rêgo, o encontro teve como principal objetivo esclarecer dúvidas sobre a competência do TCU para atuar no caso e alinhar procedimentos entre as duas instituições. De acordo com o ministro, ficou definido que a inspeção já está em curso e que os documentos do Banco Central utilizados no processo de liquidação estarão disponíveis para análise da Corte de Contas.

“Hoje saio do Banco Central profundamente feliz com o resultado da reunião. Fizemos uma reunião com objetivos claros, de dizer qualquer tipo de dúvida sobre a nossa competência”, afirmou o presidente do TCU em entrevista coletiva após a reunião.

Segundo Vital do Rêgo, o Banco Central manifestou interesse em obter o “selo de quali-

dade” do TCU e a segurança jurídica decorrente da fiscalização. “Esse processo não é apenas administrativo, é também administrativo e criminal”, completou. O BC ainda não se manifestou sobre o encontro.

Realizada na sede do BC, a reunião ocorreu após forte repercussão da decisão do ministro Jhonatan de Jesus, relator do processo no TCU, que havia autorizado, de forma monocrática, uma inspeção técnica no Banco Central para apurar a atuação da autoridade monetária na liquidação do Banco Master. Após recurso apresentado pelo BC, Jhonatan suspendeu a medida, e o caso foi encaminhado ao plenário do Tribunal.

No recurso, o Banco Central argumentou que uma inspeção dessa natureza não poderia ser autorizada individualmente pelo relator e que a decisão deveria passar pelo colegiado do TCU. A autoridade monetária também sustentou que a iniciativa poderia ultrapassar os limites do controle externo ao incidir sobre decisões técnicas de supervisão bancária.

Medida cautelar

Com o entendimento firmado na reunião desta segunda-feira, Vital do Rêgo afirmou que está afastada a possibilidade de

adoção de uma medida cautelar contra o Banco Central. “O Banco Central entendeu que o TCU é um colaborador”, disse. Segundo o ministro, o tribunal não pretende interferir na decisão de liquidação, mas analisar os documentos para verificar a regularidade do processo e conferir maior segurança jurídica.

“O ato de liquidação é um ato administrativo e regulatório. É um modelo técnico que o TCU está acostumado a analisar”, afirmou o ministro. Ele reforçou que não cabe à Corte desfazer a liquidação do Banco Master e que eventual questionamento sobre a decisão, nesse sentido, só poderia ocorrer no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

Calendário

Vital do Rêgo informou ainda que será definido, nos próximos dias, um calendário de trabalho entre as áreas técnicas do TCU e do Banco Central. A expectativa é de que a inspeção seja concluída em menos de um mês. “O compromisso da Corte é terminar esse processo o mais breve possível”, declarou.

Além de Vital do Rêgo e Gabriel Galipoli, participaram da reunião o ministro Jhonatan de Jesus e diretores do Banco

Central responsáveis pelas áreas de Fiscalização, Regulação, Cidadania e Supervisão de Conduta, além da Secretaria-Executiva da instituição.

Embargos

O caso chegou ao TCU a partir de uma representação do Ministério Público junto à Corte de Contas, que solicitou esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo Banco Central para decretar a liquidação do Banco Master e se alternativas menos drásticas foram consideradas.

Em respostas anteriores, o BC informou que o conglomerado liderado pelo banqueiro Daniel Vercora enfrentava

uma crise aguda de liquidez, sem recursos suficientes para

haver um refinanciamento com

correntistas e investidores, o

que teria tornado a liquidação

inevitável.

Agora, caberá ao plenário

do TCU julgar os embargos

apresentados pelo Banco Central

na sessão prevista para a

próxima quarta-feira (21), quando

também deverá ser definido

o alcance formal da inspeção e

da fiscalização sobre a atuação

da autoridade monetária no

caso. (Agência Brasil)

INSS vai fechar agências por três dias, e sindicato fala em pressão para trabalho aos finais de semana

As agências e centrais de atendimento do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) não funcionarão nos dias 28, 29 e 30 de janeiro, devido a melhorias programadas pela Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal. O motivo seria a migração dos dados de um sistema computacional antigo para um mais recente.

Para compensar a suspensão, que atinge atendimentos presenciais já marcados, aplicativo Meu INSS e Central 135, o órgão diz que terá atendimentos extras no sábado (17) e no domingo (18), e afirma que cidadãos que preferirem ser atendidos em dias úteis terão o reencaixe garantido.

A Fenaps (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), que representa a categoria de servidores do INSS, afirma que funcionários têm recebido pedidos para repor esse período com trabalho aos fins de semana. A pasta não comentou sobre o tema.

A entidade sindical afirma que os servidores não deram causa à paralisação dos sistemas e, por isso, não poderiam ser obrigados a trabalhar aos sábados e domín-

gos. De acordo com a Fenaps, qualquer exigência desse tipo contrariaria o RUJ (Regime Jurídico Único) e a legislação vigente.

A direção diz ter procurado a federação central do INSS para cobrar esclarecimentos e defender que períodos de indisponibilidade de sistemas sejam abatidos das metas e da jornada de trabalho, sem transferência do impacto aos servidores.

A Fenaps afirma também que, caso haja confirmação oficial de pressão por parte de gestores, irá denunciar os casos ao MPT (Ministério Público do Trabalho). A entidade diz aguardar um posicionamento formal do INSS para adotar medidas jurídicas e relata que situações semelhantes estariam sendo registradas em sindicatos estaduais da categoria.

Para a federação, a tentativa de responsabilizar os servidores por falhas estruturais e decisões administrativas é “inaceitável”. A Fenaps orienta que servidores não assinem documentos relacionados à reposição de jornada e que procurem os sindicatos caso sejam pressionados a trabalhar aos fins de semana. (Folhapress)

Teto do seguro-desemprego sobe para R\$ 2.518,65 após reajuste

A partir desta segunda-feira (12), o trabalhador demitido sem justa causa está recebendo mais seguro-desemprego. A tabela das faixas salariais usadas para calcular o valor da parcela seguiu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2024 e foi reajustada em 3,9%.

Com a correção, o valor máximo do seguro-desemprego subirá de R\$ 2.424,11 para R\$ 2.518,65, diferença de R\$ 94,54. O piso segue a variação do salário mínimo e aumenta de R\$ 1.518 para R\$ 1.621. Os novos montantes valem tanto para quem recebe o seguro-desemprego como para quem ainda dará entrada no pedido.

A parcela do seguro-desemprego é calculada com base na média das três últimas remunerações do trabalhador antes da demissão. Após a correção das faixas salariais, o benefício será definido da seguinte forma:

Direitos

Pago ao trabalhador com carteira assinada dispensado sem justa causa, o seguro-desemprego tem de três a cinco parcelas, que dependem do número de meses trabalhados no emprego anterior e do número de pedidos do benefício. O benefício pode ser requerido por meio do Portal Emprego Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para ter direito ao seguro-desemprego, o trabalhador deve cumprir os seguintes requisitos:

Ter sido dispensado sem justa causa;

Estar desempregado, quando do requerimento do benefício;

Ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica (inscrita em cadastro específico da Previdência Social) relativos a: pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, no primeiro pedido; pelo menos nove meses nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, no segundo pedido; e cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa, nos demais pedidos;

Não ter renda própria para o seu sustento e de sua família;

Não estar recebendo benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

O trabalhador não pode ter outro vínculo empregatício. O prazo para fazer o pedido varia entre o sétimo e o 120º dia da demissão, para trabalhadores formais, e entre o sétimo e o 90º dia, para empregados domésticos. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, NIVALDO JOSÉ BOMFIM JUNIOR, brasileiro, solteiro, maior, servidor público estadual, RG nº 4321062245SP/SP CPF nº 307.115.028-88, domiciliado em São Bernardo do Campo/SP, residente na Avenida Senador Vergueiro nº 2.685, Bloco 17b A, Anchieta, fica intimado a purgar a mora referente a 28 (vinte e oito) prestações em atraso, vencidas de 07/08/2023 a 07/11/2025, no valor de R\$18.896,59 (dezoito mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos), e respectivos encargos atualizados à data de hoje no valor de R\$19.641,37 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos), que atualizado até 25/03/2026, perfaz o valor de R\$21.868,73 (vinte um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida dos Ourives s/nº, Lote 08 do desdobro, Apartamento nº 27, localizado no 2º pavimento do Bloco 03 do Empreendimento Residencial Parque Botânico - Jasmim na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 110 na matrícula nº 230.354, transcrita pela Av. 11 na matrícula nº 244.021. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Ruidial nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a advertência de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação desta, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 8.147/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 09 de janeiro de 2026. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, ROBERTO BISKER, brasileiro, solteiro, maior, RG nº 16.150.008-0-SP/SP, CPF nº 170.102.248-15, e sua mulher SANDRA DE OLIVEIRA BISKER, administradora, RG nº 20.657.53-5-SP/SP, CPF nº 255.226.918-40, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Pintassilgo nº 155, apto. 82, Vila Nova Conceição, ficam intimados a purgar a mora referente a 26 (vinte e seis) prestações em atraso, vencidas de 26/09/2023 a 26/10/2025, no valor de R\$893.599,82 (oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), e respectivos encargos atualizados na data de hoje no valor de R\$723.100,32 (setecentos e vinte e três mil, cem reais e trinta e dois centavos), que atualizado até 25/03/2026, perfaz o valor de R\$813.230,81 (oitocentos e treze mil, duzentos e trinta reais e oitenta e um centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Rua Afonso Braz nº 747, Apartamento nº 251, Bloco Soho, Condomínio Edifício Walk Vila Nova, Vila Nova Conceição, em Indaiatuba - 24º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 05 na matrícula nº 193.263. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Ruidial nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação desta, a fluir após a última publicação desta, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 8.147/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 09 de janeiro de 2026. O Substituto.

Anvisa quer reduzir fila de análises e priorizar inovações nacionais

Em agosto de 2025, o Senado aprovou três nomes para a diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), incluindo o novo diretor-presidente, o economista Leandro Safatle, que passou a ocupar o cargo após o fim do mandato de Antônio Barra Torres.

Safatle assumiu a presidência da Anvisa em um momento de grandes transformações no setor regulatório sanitário, onde o ritmo de descobertas, sobretudo em saúde, é intenso, mas os processos de análise e aprovação dentro da própria agência seguem a passos mais lentos.

Em entrevista exclusiva à Agência Brasil, o novo diretor-presidente conversou sobre as principais inovações nacionais em saúde, sobretudo do ponto de vista do Sistema Único de Saúde (SUS). "Ainda temos muita inovação vinda de fora. Agora, estamos lidando com inovação feita no país", disse.

Safatle comentou ainda sobre o recém-criado Comitê de Inovação, com foco em temas considerados prioritários para a Anvisa; sobre um processo interno para otimizar filas de análises processuais; e sobre a possibilidade de a agência se consolidar como autoridade sanitária de referência nas Américas e globalmente.

Confira os principais trechos da conversa:

Agência Brasil: A Anvisa autorizou este mês o início da primeira fase de estudos clínicos com a poliomínia, medicamento desenvolvido por pesquisadores brasileiros para tratar lesão na medula. O que a gente pode esperar desses estudos e quais os próximos passos?

Leandro Safatle: Estamos falando de uma pesquisa nacional feita por uma pesquisadora de uma universidade pública. Com

inovação nacional, cientista nacional, desenvolvimento nacional, todo um processo de desenvolvimento feito no país, e isso é muito importante. No setor saúde, a gente ainda tem muita inovação vinda de fora. Agora, estamos lidando com inovação feita no país. A indústria está fazendo inovação no país. Hoje, isso é um fato bastante importante para atender demandas do país. Esse é um desses casos.

Um laboratório nacional encampou esse projeto. Protocolaram o pedido de início de estudo de pesquisa clínica no país. Foi aprovada a fase 1, que tem o objetivo de focar na segurança do produto. São cinco pacientes que vão fazer parte desse estudo. Aproveitando a fase 1, vem a fase 2, a 3, onde vamos avaliar questões como a eficácia do produto de fato, além de aprofundar mais na segurança. Precisa passar por esse ciclo regulatório completo para conseguir o registro na Anvisa. É um assunto promissor. Há fortes indícios de que o produto pode ter um segmento importante no decurso de pessoas que têm lesão medular.

É difícil falar de prazo porque estamos falando de inovação, de estudo clínico. E o estudo clínico leva seu tempo. O que eu posso dizer é que a Anvisa vai dar a celeridade necessária para o avanço desse projeto. Será prioridade.

Agência Brasil: A Anvisa realizou, em dezembro, a primeira reunião do Comitê de Inovação, criado para acompanhar e avaliar produtos e tecnologias inovadoras considerados prioritários para a saúde pública brasileira. Como esse comitê vai atuar e quais os temas considerados prioritários?

Safatle: O comitê está pegando os casos de inovação que estão



Foto: Rafael Compagnon/ABR

acontecendo no país, projetos importantes que têm impacto, principalmente, na saúde pública. Seleccionamos quatro produtos que estão dentro desse comitê: a poliomínia, a vacina contra o Chikungunya, o método Wolbachia para combater dengue e endopróteses. A gente está acompanhando esses quatro casos.

Já tivemos reunião para tratar desses temas e a ideia é que a gente acompanhe e dê o apoio necessário para que a equipe técnica faça a melhor análise possível. É um comitê que busca, para a alta gestão da Anvisa, o trabalho de acompanhar os casos. E que vai dar o apoio necessário, o subsídio necessário para que a área técnica faça o melhor trabalho possível de avaliação.

Agência Brasil: Por que a escola dessas quatro inovações?

Safatle: A gente tem alguns estudos, em fase inicial, de inovação radical nacional. São casos que tratam desses temas. É inovação feita no país, com desenvolvimento feito no país. Por isso, foram selecionados. Trata-

se de inovação importante, que pode ter uma repercussão grande em termos de saúde pública.

Agência Brasil: Em dezembro, a Anvisa aprovou uma proposta com medidas excepcionais e temporárias para otimizar a fila de análises processuais. A expectativa é reduzir as filas pela metade em seis meses e normalizar os pedidos em um ano. Como vai funcionar esse processo?

Safatle: Nós colocamos essa questão da fila de análises processuais da Anvisa como uma das prioridades para que a gente possa atuar ao longo desse ano.

Foi feita a aprovação, por meio de uma RDC [resolução da Diretoria Colegiada], de uma série de medidas para a gente poder acelerar essas filas, principalmente filas de medicamentos, vacinas, dispositivos médicos, filas de inspeção. O que a gente quer? A gente quer trazer melhores prazos. A gente viu que havia um processo, de certa forma, demorado para poder aprovar essas novas tecnologias. Elaboramos uma série de medidas para poder

reduzir esses prazos.

Essas medidas envolvem força-tarefa dentro da casa, para poder agilizar esses processos; aproveitar parte de estudos clínicos feitos fora, que a gente chama de reliance (confiança regulatória), aproveitando parte da documentação que é feita fora; análises otimizadas que agregam vários produtos, fazendo análises conjuntas no intuito de ganhar tempo. Estamos com uma série de instrumentos para cada uma das filas, para ver de que forma a gente consegue atuar para poder mitigar esse problema.

Ao mesmo tempo, temos uma sala de situação dentro da agência que acompanha diariamente a evolução das filas. Já temos alguns resultados importantes de redução de fila e de tempo de análise. A ideia é fazer uma gestão regulatória ágil, para poder dar respostas mais rápidas para essas questões. Também criamos um comitê de monitoramento dessas medidas para que esse processo todo seja acompanhado pela sociedade civil e pelo setor regulado, para dar a devida transparência para essas ações.

Agência Brasil: Para que fique claro: a proposta não é afrouxar as regras em relação às análises processuais, mas dar celeridade, fazer andar mais rápido?

Safatle: Isso. São medidas temporárias. Temos o prazo de um ano para executá-las. Mas o processo de análise permanece o mesmo. As regras não estão sendo afrouxadas ou nada nesse sentido. O rigor científico e a segurança sanitária são primazias na agência, são o que traz confiança da sociedade para o trabalho da agência. Nesse sentido, a gente segue estrito senso a questão da segurança sa-

nitária. O que estamos fazendo é mecanismo de gestão. Gestão de pessoas, gestão de processos, para otimizar o tempo, a análise e fazer força-tarefa.

Tivemos um concurso importante. No fim do ano passado, foram chamados 100 especialistas da Anvisa. O curso de formação terminou, e essa turma deve ser nomeada agora, entre janeiro e fevereiro. É o maior reforço que a Anvisa já teve nos últimos dez anos. A ideia é que esses 100 entrem já para ajudar nesse processo de redução das filas, prioritariamente. Que eles entrem nesse esforço que a casa inteira está fazendo para redução das filas.

Agência Brasil: Sobre essa questão do rigor técnico, a Anvisa tem como meta, para 2026, o reconhecimento internacional, a consolidação da agência como uma autoridade sanitária de referência?

Safatle: Esse é um ponto muito importante. A Anvisa está sofrendo um processo de qualificação neste momento por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nós já somos uma agência de referência, mas, agora, estamos passando por um processo de qualificação como as principais agências do mundo passaram, estão passando ou vão passar em breve.

Estamos num empenho muito grande para poder seguir bem nesse processo de qualificação. A ideia é que, com essa qualificação, a OMS reconheça a Anvisa como uma agência de referência. Isso é muito importante para o Brasil, no sentido de ter uma agência de referência, para a região das Américas e para o mundo. (Agência Brasil)

Seleção complementar para serviço militar feminino começa nesta semana



Foto: Divulgação/Exército Brasileiro

Em sua etapa final, o serviço militar inicial voluntário feminino 2025 iniciou nesta segunda-feira (12), o processo de seleção complementar. Em nota, o Ministério da Defesa informou que o prazo segue até 20 de fevereiro em todo o país, mas que as datas variam de acordo com o cronograma de cada Força.

"A iniciativa conjunta das três Forças é inédita e sinaliza um marco na ampliação e ingresso das mulheres nas fileiras da Marinha, do Exército e da Força Aérea", destacou o comunicado.

Segundo a pasta, durante a seleção complementar, serão realizados novos exames clínicos e entrevistas, bem como avaliação de atributos técnicos e preparo físico, requisitos básicos para a formação militar. As convocadas podem conferir a programação na unidade da Força a qual foram designadas no site oficial do alistamento.

"Depois do ato oficial de incorporação, o serviço militar se tornará de cumprimento obrigatório, conforme a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Os homens e as mulheres incorporados não terão estabilidade no serviço militar", destacou a pasta.

Incorporação

Ainda de acordo com o ministério, a previsão é que, em

2026, a incorporação de mulheres selecionadas ocorra em dois momentos: de 2 a 6 de março e de 3 a 7 de agosto. Na Marinha, as militares vão ingressar como marinheiro-recruta. Já no Exército e na Força Aérea, como soldado, "tendo os mesmos direitos e deveres dos homens".

Inicialmente, são oferecidas 1.467 vagas, sendo 157 para a Marinha, 1.010 para o Exército e 300 para a Força Aérea. As oportunidades estão distribuídas em 51 municípios, abrangendo unidades militares das três Forças em 13 estados, além do Distrito Federal.

Serviço militar obrigatório

Dados da pasta mostram que, em 2025, o serviço militar ultrapassou a marca de 1 milhão de alistados em todo o país, sendo cerca de 34 mil inscrições de mulheres voluntárias para o recrutamento. Para o alistamento masculino, que é obrigatório, foram 1.029.323 homens alistados.

"É por meio do alistamento militar que as Forças Armadas renovam, anualmente, a maior parte de seus efetivos, oferecendo aos jovens a oportunidade de servir à Pátria. Essa formação garante recursos humanos qualificados e uma reserva estratégica para eventual mobilização nacional", concluiu o ministério. (Agência Brasil)

Brasil e Arábia Saudita querem ampliar parcerias nas áreas de minerais críticos. A expectativa é a de aumentar os investimentos no setor mineral, considerado estratégico pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Silveira está em agenda oficial na cidade de Riad, onde se reuniu com o ministro da Indústria e Recursos Minerais da Arábia Saudita Bandar Al-Khoryayef – encontro que, oficialmente, teve o objetivo de aprofundar o diálogo bilateral e ampliar a cooperação estratégica no setor mineral.

Durante a reunião, o ministro brasileiro fez uma explanação sobre o fortalecimento da regulação da atividade mineral e as potencialidades do Brasil neste setor.

Segundo o MME, Silveira apresentou os avanços na governança do setor mineral brasileiro, com destaque para o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e sua relevância para a formulação da política mineral do país.

Silveira destacou o papel do CNPM para aprimorar o proces-



Foto: Lula Marques/Agência Brasil

so de licenciamento no Brasil, bem como a redução da burocracia, de forma a promover "maior previsibilidade, segurança estrutural e estabilidade para os investimentos".

O ministro ainda apontou o papel das empresas brasileiras do setor mineral e o trabalho do governo brasileiro no sentido de destravar projetos estratégicos de minério de ferro de alta redução e de cobre.

Sobre o potencial geológico brasileiro, Silveira informou a au-

toridade saudita que, mesmo com apenas cerca de 30% do subsolo nacional mapeado, o Brasil se destaca como a segunda maior reserva mundial de terras raras e a sétima maior reserva de urânio.

Na sequência, disse que o Brasil tem interesse em receber representantes da empresa Manara para "avaliar conjuntamente oportunidades de ampliação de investimentos em projetos minerais estratégicos".

Em nota, o MME informou que o fundo saudita Manara Mi-

nerals é sócio da Vale S.A. na Vale Base Metals (VBM) – unidade responsável pela produção de cobre e níquel, minerais críticos e estratégicos para a transição energética.

"As partes acordaram a criação de um grupo de trabalho bilateral, com reuniões regulares, inclusive em formato virtual, para estudar iniciativas que possam ser desenvolvidas de maneira conjunta e dar maior eficiência à cooperação entre os dois países", informou o MME.

Alexandre Silveira aproveitou o encontro para reforçar a importância de os parceiros sauditas investirem na cadeia de transformação mineral no Brasil, agregando valor à produção nacional, promovendo industrialização, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico.

Para tanto, solicitou o apoio do Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita (PIF) em projetos voltados ao mapeamento do potencial mineral brasileiro, "ampliando o conhecimento geológico do país e criando bases sólidas para novos investimentos estruturantes". (Agência Brasil)

Brasil faz doação de material militar para Uruguai e Paraguai

O governo federal publicou, no Diário Oficial da União desta segunda-feira (12), duas leis que oficializam a doação de quatro aeronaves e equipamentos militares brasileiros para o Paraguai e Uruguai.

Além de dois helicópteros modelos 412 Classic, da fabricante Bell Aircraft Corporation, da Polícia Federal (PF), o Brasil doará ao Paraguai seis Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado (Bcoap), modelo M108, além de uma passadeira flutuante de alumínio – uma espécie de ponte que pode ser montada sobre rios e outros cursos d'água –, pertencentes ao Exército.

Já a Armada Nacional da República Oriental do Uruguai receberá dois helicópteros Bell Jet Ranger III (IH-6B) transferidos da Marinha brasileira.

Assinadas pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, as duas leis sancionadas, Lei 15.341 e Lei 15.338, tiveram origem em dois Projetos de Lei (PLs) que o Poder Executivo encaminhou ao Congresso entre 2022 e 2023, com a justificativa de que a iniciativa busca fortalecer as relações diplomáticas e a cooperação militar entre o Brasil e os dois países vizinhos.

De acordo com o Palácio do Planalto, a medida contribuirá para a modernização e a ampliação das capacidades operacionais das forças de segurança paraguaias e uruguaias, possibilitando a melhoria na segurança regional, "com o aumento da capacidade de resposta a situações de emergência e combate ao crime transnacional".



Foto: Autunio Cruz/Agência Brasil

Os PLs 2.911/2022 e 331/2020 foram aprovados pela Câmara dos Deputados, em julho do ano passado, e pelo Senado, em 16 de dezembro.

As aeronaves e os demais equipamentos serão doados em seu "estado atual de conservação" e as despesas com o deslo-

camento entre o local em que se encontram atualmente e as fronteiras do Paraguai e do Uruguai serão custeadas pelo Brasil. Consultado pela reportagem da Agência Brasil, o Ministério da Defesa não forneceu mais detalhes sobre a ação. (Agência Brasil)